



Senado aprova liberação da “pílula do câncer”

Vai para a sanção presidencial o projeto de lei que autoriza a produção e o uso da fosfoetanolamina em caráter excepcional, enquanto estiverem em andamento os estudos clínicos sobre a eficácia do remédio

Os senadores aprovaram ontem no Plenário um projeto de lei que libera a produção e a utilização da fosfoetanolamina, uma droga utilizada contra o câncer. O texto, que já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, agora vai para a sanção presidencial. A “pílula do câncer” ainda não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. De acordo com o projeto, os pacientes poderão utilizá-la em caráter excepcional enquanto os testes clínicos estiverem em andamento. Para isso, porém, eles deverão apresentar um laudo

médico que ateste que sofrem da doença e assinar um termo de consentimento e responsabilidade. A “pílula do câncer” vinha sendo produzida e oferecida gratuitamente aos doentes pelo Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) em São Carlos. O instituto teve de parar a produção e a distribuição em 2014, por ordem da universidade. Muitos pacientes, no entanto, recorreram à Justiça e, amparados por liminares, continuaram recebendo a droga. O uso do remédio é definido pelo projeto como sendo de relevância pública. 8

Vai à Câmara isenção do IPTU para templo em imóvel alugado

A Constituição já estabelece que os templos de qualquer culto estão livres do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Mas uma proposta apresentada pelo senador Marcelo Crivella amplia o benefício para os espaços religiosos que funcionam em imóveis alugados. O texto passou ontem em votação em segundo turno no Plenário do Senado com 55 votos favoráveis e nenhum contrário. Falta agora a análise da Câmara dos Deputados. 4

Salões de beleza podem ter parcerias reguladas 5



Observatório da Mulher contra a Violência segue para promulgação

O Plenário aprovou ontem o projeto de resolução que cria o Observatório da Mulher contra a Violência, que tramitava em regime de urgência. O projeto segue agora para promulgação.

O Observatório terá a função de reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência de gênero.

A unidade também vai estudar a situação da violência contra as mulheres, analisar e produzir relatórios a partir dos dados oficiais e públicos, além de elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, de atendimento às vítimas e de combate à violência. 5

Senadoras comemoram a aprovação: o Observatório vai subsidiar o trabalho da Procuradoria e da Comissão Mista da Mulher

Presidente do Banco Central descarta utilizar reservas do país

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, posicionou-se contra a utilização dos US\$ 370 bilhões de reservas internacionais do Brasil em investimentos. O PT havia proposto usar parte desses recursos em moeda es-

trangeira para formar o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego. “Essas reservas são um seguro para permitir à economia transitar em cenários diversos da economia global. Elas têm que estar aplicadas com segurança, em ativos de alta liquidez”, ponderou. 2



Tombini diz a senadores que não há condições de reduzir taxa de juros

Comissão aprova Lei Geral das Olimpíadas 6

Plenário tem pauta trancada por duas MPs 4

Acatado novo embaixador do Brasil na Croácia 5

Vai para sanção troca do termo “bacharel” por “médico” nos diplomas 4

Comissão autoriza liberação de R\$ 37,5 bi extras para ministérios 6

CPI do Futebol investiga participação da CBF em caixa dois em eleição 7



Como presidente do Congresso, Renan afirma que precisa de isenção para recolher pontos de vista

Renan pede respeito entre os Poderes

O senador Renan Calheiros disse ontem que, como presidente do Congresso, precisa de isenção para “recolher pontos de vista pensando no Brasil”. Na avaliação dele, o presidente do Congresso precisa ser “isento, responsável” e se preocupar com o cumprimento das funções constitucionais do Legislativo.

Ele destacou que nenhum Poder pode atropelar as funções de outro Poder, sob risco de provocar uma crise institucional no país. 3



Raque de Sr. Agência Senado

Tombini (à mesa, ao lado de Gleisi) disse que ainda há muito a fazer para que a sociedade volte a confiar na economia

Tombini descarta uso de reservas em investimentos

O presidente do Banco Central disse também que a inflação alta e a presença de mecanismos de indexação na economia impedem a flexibilização monetária, o que permitiria reduzir taxas de juros

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Assuntos Econômicos ontem, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, manifestou-se contra a utilização das reservas internacionais do Brasil, de US\$ 370 bilhões, para investimentos no país. Ao lançar o Programa Nacional de Emergência, o PT defendeu o uso de parte desses depósitos em moedas estrangeiras para formação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego. Respondendo a Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Donizeti Nogueira (PT-TO), Tombini disse que uma das razões para a menor exposição do país ao risco cambial foi justamente “a preservação de importante colchão de reservas internacionais”.

— Essas reservas são um seguro para permitir à economia transitar em cenários diversos da economia global. Elas têm que estar aplicadas com segurança, em ativos de alta liquidez, e é isso que nós temos feito. Essa é minha posição em relação a esse assunto. A presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR), disse que as reservas internacionais são

o diferencial no enfrentamento da crise. Para ela, as reservas até poderiam ser usadas para abater a dívida bruta, “mas não é o caso no momento”.

Questionado por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Tombini negou também qualquer flexibilização das condições monetárias, o que permitiria, por exemplo, a redução das taxas de juros. Citou como razões para isso a inflação alta, a presença de mecanismos de indexação na economia e as incertezas quanto ao processo de recuperação dos resultados fiscais.

O presidente do BC atribuiu a alta da inflação em 2015 ao fortalecimento do dólar e ao realinhamento dos preços administrados. Ele reconheceu que os ajustes ainda não completaram seu ciclo e que “há muito o que fazer para o resgate da confiança da sociedade na economia brasileira”.

Petrobras

Tasso Jereissati (PSDB-CE) perguntou se o prejuízo de R\$ 34,8 bilhões da Petrobras em 2015 não representaria risco sistêmico para os bancos públicos, que são os maiores

credores da petroleira. Tombini reconheceu o “caráter sistêmico”, mas observou que o setor de energia está impactando fundos em todo o mundo. Muitas empresas captaram recursos ao longo dos últimos anos com base no preço de US\$ 100 o barril, que hoje está em menos de US\$ 40.

Tombini apoiou o substitutivo de José Serra (PSDB-SP) ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) 84/2007, que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada da União. Mas pediu mais discussão para evitar que a proposta venha a prejudicar a execução da política monetária.

Autor do requerimento da audiência pública, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou o presidente do BC sobre uma suposta interferência de Dilma Rousseff na fixação da taxa Selic, em janeiro. Tombini disse que respeita o silêncio que os bancos centrais adotam antes das reuniões de política monetária, mas, no caso brasileiro, a informação foi divulgada para todos ao mesmo tempo. O objetivo, acrescentou, foi ajustar percepções que estavam “desalinhadas” com a nova realidade econômica.

Divulgação de eventos pode ter que incluir bandeira

A Bandeira Nacional deve constar de peças e campanhas de divulgação de eventos, bens ou serviços de cunho esportivo ou cultural que sejam patrocinadas com recursos públicos federais. É o que estabelece projeto de lei da Câmara (PLC 158/2015) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O texto também estende a

obrigatoriedade aos eventos de futebol de clubes que participam e recebem recursos da Timemania, loteria da Caixa em que são usados nomes e símbolos das agremiações.

Para o autor, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), a medida contribui para institucionalizar a imagem da Bandeira Nacional como símbolo máximo da República.

O projeto, que vai a Plenário, foi relatado por Romário (PSB-RJ), presidente do colegiado.

A comissão aprovou também o PLC 175/2015, que confere à cidade de Castro (PR) o título de Capital Nacional do Leite. A proposta, que vai a Plenário, é do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) e teve parecer favorável de Alvaro Dias (PV-PR).

Chocolate é tema de reportagem da Rádio Senado nesta semana

O Senado pode votar um projeto que estabelece um percentual mínimo de cacau para que um produto possa ser considerado chocolate. O número sugerido é de 35%. Quem não tiver esse índice não poderá colocar no rótulo que o produto é chocolate, determina o projeto, da senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

Esse é o tema da reportagem especial da Rádio Senado que estreia na sexta-feira. “Choco-

late” mostra por que o Brasil passou de maior produtor de cacau do mundo para importador e quais os desdobramentos do projeto (PLS 93/2015) para a indústria de chocolate e para os produtores de cacau.

REPORTAGEM ESPECIAL
Rádio Senado: • sexta-feira: às 18h
 • sábado: às 10h • domingo: às 17h
Internet:
 • <http://bit.ly/ReportagemEspecial>

Agenda Econômica debate leis trabalhistas e desemprego

O programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, discute nesta semana a legislação trabalhista brasileira e a geração de emprego em tempos de crise. A quantidade de leis que rege as relações de trabalho no país e as mudanças tecnológicas são alguns dos aspectos discutidos.

Para analisar a questão, o programa recebe o professor de economia da Universidade de Brasília Carlos Alberto Ramos, especialista em emprego e trabalho.

AGENDA ECONÔMICA
TV Senado:
 • domingo, às 13h e às 23h

Lasier condena atentados que mataram mais de 30 na Bélgica

Na reunião de ontem da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), o presidente do colegiado, Lasier Martins (PDT-RS), lamentou os atentados que mataram pelo menos 30 pessoas em Bruxelas, na Bélgica. O senador se solidarizou com o povo belga e as

famílias das vítimas. — Estamos todos solidários, não só esta comissão como todo o Senado e todos os brasileiros, com o povo belga e os visitantes que lá foram vítimas. O terrorismo é um crime perverso, que busca causar medo e atingir pessoas inocentes.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 20h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Indicados à Anac**
8h30 Sabatina de Juliano Alcântara Norman, Hélio Paes de Barros Júnior e Ricardo Sérgio Maia Bezerra, indicados para a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil.
- CAS Profissão de físico**
9h Na pauta, entre outros, o PLC 101/2012, sobre o exercício da profissão de físico.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Debate**
9h Audiência pública interativa sobre o uso de energia renovável em escala por companhias de serviços públicos.
- MP 707/2015 Dívidas rurais**
10h Audiência avalia a medida, que trata da renegociação de dívidas de agricultores.
- CCJ Poluição de manacial**
10h O PLS 204/2015, sobre crime de poluição de manacial, é um dos itens da pauta.
- CONSELHO DE ÉTICA Caso Delcídio**
10h Está marcado depoimento do senador Delcídio do Amaral.
- PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa**
11h Renan Calheiros preside reunião da Mesa Diretora. Às 16h, ordem do dia.
- PLENÁRIO Minha Casa, Minha Vida**
14h MP 698/2015, que muda regras do Minha Casa, Minha Vida, tranca a pauta.
- CMO Medidas provisórias**
14h A comissão analisa MPs, requerimentos e prestações de contas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da **Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Renan defende equilíbrio entre os Poderes

Presidente do Congresso, que ontem se reuniu com Lula e com Sarney, disse que um Poder não pode atropelar outro; do contrário, estará agravando a crise institucional no país

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem que ele, como presidente do Congresso, precisa de isenção para “recolher pontos de vista pensando no Brasil”. Em sua avaliação, o presidente do Congresso precisa ser “isento, responsável” e se preocupar com o cumprimento das funções constitucionais do Legislativo.

— Nenhum Poder pode pensar em atropelar a função de outro Poder. Se isso acontecer, vamos ter crise insti-

tucional no Brasil. A democracia no Brasil, apesar de vivermos esse período de longevidade constitucional, ainda é frágil. Então todos temos que fazer nossa parte, cumprir nosso papel, conversar com todo mundo e construir caminhos. A sociedade espera que nós façamos isso.

A declaração foi dada depois de reuniões com o líder do Democratas, senador José Agripino (RN), com o ex-presidente Lula e com o ex-presidente José Sarney.

Segundo Renan, as conversas trataram da situação econômica do país e da atual conjuntura política:

— Se nós não cuidarmos do Brasil, se nós não tivermos condições para resolver a crise, nós vamos levar esse país a um retrocesso inimaginável e ninguém pode colaborar com isso.

Renan disse ainda que, como o processo de impeachment terá a admissibilidade analisada pelo Senado caso passe na Câmara, é preciso que o

presidente do Senado demonstre equilíbrio, responsabilidade e bom senso:

— A democracia conta muito com essa isenção ou com essa independência. Mais do que nunca, na crise, os Poderes precisam ser independentes. Se tiver algum Poder no Brasil pensando em grilar as funções dos outros Poderes, eles precisam saber que estarão agravando a crise. Acho que a responsabilidade e o equilíbrio cobram de todos nós que tenhamos bom senso.

Impeachment não é golpe, ressalta Moka

Waldemir Moka (PMDB-MS) criticou os que afirmam que o impeachment é golpe.



Moreira Matiz/Agência Senado

Ele lembrou que o rito foi definido pelo STF e que são necessários 342 votos favoráveis à abertura do processo na Câmara para que o Senado decida pelo prosseguimento.

— Pergunto se os senadores têm ou não a representatividade dos seus estados para decidir.

Fátima pede respeito ao mandato de Dilma

“Cresce no Brasil e no mundo a indignação contra o que ocorre no país”, disse ontem Fátima Bezerra (PT-RN) ao comentar que personalidades importantes da América Latina pediram respeito ao mandato da presidente Dilma Rousseff.



Moreira Matiz/Agência Senado

Segundo ela, as manifestações de sexta-feira mostraram que “o número dos que defendem a democracia é maior do que diz a Rede Globo”.

Lindbergh elogia postura de manifestantes

Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou as manifestações de sexta-feira.



Moreira Matiz/Agência Senado

Segundo ele, mesmo quem tem postura crítica ao governo entende que o impeachment não tem fundamento e não passa de um “golpe contra a democracia”.

— Ninguém fez discurso do ódio, ninguém pediu a volta da ditadura, ninguém questionou a presença dos pobres da política.

Para Vanessa, democracia está em xeque no país

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) classificou o processo de impeachment de Dilma Rousseff como golpe contra a democracia. Ela expressou preocupação com a ocorrência de conflitos em manifestações públicas e a intervenção arbitrária da polícia.



Moreira Matiz/Agência Senado

— O que está em xeque não é só o mandato da presidente. O que está em xeque no país é a própria democracia.

Ana Amélia aponta discriminação contra estados

Ana Amélia (PP-RS) disse estar estarecida com a conversa entre Lula e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), na qual eles criticam o Ministério da Fazenda por não priorizar os estados governados pelo PT.



Jefferson Ruffy/Agência Senado

Para ela, a conversa demonstra que o ex-presidente trata pessoas que já o apoiaram anteriormente a “pão e água” e de forma discriminatória.

Deputados não podem usar delação, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) criticou a intenção da oposição de inserir na petição do impeachment



Jefferson Ruffy/Agência Senado

de Dilma as acusações que Delcídio do Amaral (PT-MS) faz em delação premiada.

— Não valem os argumentos iniciais? Isso é uma macaque política que desrespeita a Constituição e não se sustenta, uma página triste que vai se somar a outros capítulos tristes da história do país — afirmou.

Ângela: processo aberto na Câmara fere a legalidade

Citando a Constituição, Ângela Portela (PT-RR) disse que o impeachment só é admissível quando se provar que o presidente cometeu crime de responsabilidade, o que não aconteceu.



Jefferson Ruffy/Agência Senado

— O processo de impeachment na Câmara, mais do que indesejável ruptura institucional, surge coberto de ilegalidade. Não há como defendê-lo. Ele representa uma quebra da legalidade. Um golpe.

Para Capiberibe, é preciso buscar saída menos traumática

João Capiberibe (PSB-AP) se disse preocupado com os desdobramentos do processo de impeachment e conclamou todos a buscarem uma saída menos traumática para a crise.



Jefferson Ruffy/Agência Senado

— Qualquer que seja a decisão [pela rejeição ou aprovação do impeachment], nós vamos ampliar a crise e a cisão na sociedade brasileira. E temos que ser responsáveis para entender isso e buscar uma alternativa.

Alvaro questiona nome de Lula no Diário Oficial

Alvaro Dias (PV-PR) disse que o governo federal precisa explicar por que o nome do ex-presidente Lula aparece como ministro-chefe da Casa Civil no *Diário Oficial da União* de ontem.



Jefferson Ruffy/Agência Senado

— O governo está afrontando decisões do STF? Lula está atuando já como ministro? Esperamos que o governo esclareça urgentemente essa publicação no *Diário Oficial*.

Solução para crise deve respeitar leis, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE) saudou as manifestações em favor da democracia que vêm sendo feitas no país. O senador disse que a solução para a crise deve respeitar as leis e as urnas e que o impeachment não pode ser abraçado por quem preza a democracia e a liberdade.



Moreira Matiz/Agência Senado

— Quem deve renunciar são os conspiradores. Renunciem ao golpe, à vergonhosa manobra para rasgar a Constituição.

Ferraço aponta suspeita de nova fraude na Petrobras

A Petrobras pode ter tido perdas bilionárias com fraudes envolvendo fundos de pensão e rendimentos de empregados, disse o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).



Moreira Matiz/Agência Senado

Segundo ele, o passivo trabalhista aumentou de R\$ 500 milhões para R\$ 12,3 bilhões entre 2006 e 2014. Ferraço quer que a direção da estatal seja ouvida na Comissão de Assuntos Econômicos.

Mantida para hoje reunião do Conselho de Ética sobre Delcídio

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), confirmou reunião para hoje, às 10h. Na pauta, o depoimento do senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

No último dia 16, o Conselho aprovou relatório preliminar do senador Telmário Mota (PDT-RR) que admite a abertura de processo contra Delcídio, o que pode levar à perda do mandato. Preso pela Ope-

ração Lava-Jato em novembro, Delcídio foi solto em fevereiro e teve a delação premiada homologada pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal.

Na sexta-feira, o senador entregou atestado médico ao Senado. É a terceira licença pedida por ele. Segundo a assessoria de João Alberto, caberá ao Conselho de Ética decidir quais serão os próximos passos se Delcídio não comparecer para depor.

Comissão pode apurar delação sobre desvio de recursos de Belo Monte

Denúncia do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) sobre desvio de recursos das obras da Usina de Belo Monte, no Pará, para campanhas eleitorais do PT e do PMDB poderá ser investigada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Apresentada por Davi Alcolumbre (DEM-AP) e lida ontem na CMA, a proposta de fiscalização pede que sejam investigadas

informações prestadas por Delcídio em acordo de delação premiada, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Delcídio apontou que os desvios para campanhas de 2010 e 2014 podem passar de R\$ 30 milhões, ressaltou Alcolumbre.

O presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA), indicará relator para tratar da oportunidade, conveniência e alcance da investigação proposta.

Templo em imóvel alugado pode ficar sem IPTU

Isenção do pagamento do imposto já vale para os espaços religiosos que funcionam em imóveis próprios e foi ampliada pela PEC que passou ontem no Senado. Texto vai à Câmara

OS SENADORES APROVARAM ontem em segundo turno, com 55 votos favoráveis e nenhum contrário, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que livra do pagamento do Imposto sobre a Proprieda-

de Predial e Territorial Urbana (IPTU) os imóveis usados por templos de qualquer culto, mesmo que sejam alugados.

O texto (PEC 133/2015), que segue agora para análise da Câmara dos Deputados, altera o artigo 156 da Constituição federal, que trata da cobrança do IPTU — um imposto municipal.

Durante a votação da proposta, o autor, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou que a Constituição já concede isenção tributária para os tem-

plos de qualquer religião, de forma a proteger a liberdade de crença. Mas a regra não inclui os imóveis alugados.

Estímulo

Crivella avalia também que o texto constitucional estimula a prática religiosa, pois “garante a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”.

No entanto, ainda segundo o senador do Rio de Janeiro, há controvérsias sobre a isenção

do IPTU para os imóveis alugados para esse fim.

O parlamentar observou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou sobre o tema e entendeu que “a imunidade relativa aos templos de qualquer culto deve ser projetada a partir da interpretação da totalidade da Constituição”.

Para o senador, o que importa para a concessão do benefício não é a propriedade do imóvel, mas a prática religiosa nesses locais.

— A propriedade ou não do imóvel não é aquilo que deve ser fundamental para que o imposto deixe de incidir, mas a existência ou não da prática religiosa. Além de violar a liberdade de crença, a criação de obstáculo para o exercício das religiões, mesmo que por meio da exigência de impostos, não é interessante, pois, como se sabe, as igrejas cumprem papel social extremamente relevante e indispensável para um país tão desigual como ainda é o Brasil — disse.

Locatário

O relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Benedito de Lira (PP-AL), lembrou que a prática mais comum com imóveis alugados é que o IPTU seja de responsabilidade do locatário.

— Todavia, entendo que o reconhecimento da não incidência de impostos deve observar o exercício da atividade religiosa, e não apenas o contribuinte formal do IPTU. Ou seja, mesmo nos casos de a entidade religiosa não ser a proprietária do bem imóvel onde exerce suas atividades, o IPTU não deve incidir — afirmou Lira.

Por isso, segundo ele, é necessária regulamentação que elimine esse tipo de cobrança.



Senadores debatem em Plenário durante a sessão de ontem, em que a PEC proposta por Marcelo Crivella foi aprovada com 55 votos favoráveis e nenhum contrário

Aprovada troca do termo “bacharel em medicina” por “médico” nos diplomas

O Plenário do Senado aprovou ontem o PLC 179/2015, que determina o uso da denominação “médico” nos diplomas dos cursos de medicina e veda o uso do termo “bacharel em medicina”. O objetivo é facilitar o reconhecimento, por outros países, de diplomas expedidos pelas faculdades de medicina no Brasil. A proposta vai para sanção.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) relatou o texto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ele explicou que a expressão “bacharel em medicina” nos diplomas conferidos aos médicos formados tem criado dificuldades para os profissionais quando eles

tentam se inscrever em cursos de pós-graduação no exterior.

O autor da proposição, deputado Mandetta (DEM-MS), relatou que egressos do curso de medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) alegaram dificuldades para realizar intercâmbio no exterior, pelo fato de seus diplomas registrarem o título de bacharel. A petição chegou a ser analisada pelo Conselho Nacional de Educação, que não ofereceu solução ao problema, conforme o deputado.

O projeto recebeu apenas uma emenda de redação no Senado e não precisará voltar para a Câmara dos Deputados.

Duas medidas provisórias trancam pauta

O Senado recebeu ontem dois projetos de lei de conversão (PLVs) provenientes de medidas provisórias. Previamente analisados em comissões mistas, os textos já foram aprovados pela Câmara dos Deputados e trancam a pauta do Senado.

O PLV 3/2016, da Medida Provisória (MP) 698/2015, muda as regras do Programa Minha Casa, Minha Vida em relação aos financiamentos com recursos do FGTS. A medida assegura que se os beneficiários do programa não quitarem as prestações dos imóveis construídos com recursos do FGTS, o Tesouro Nacional fará a compensação.

O FGTS já operava com o pagamento de parte da aquisição

de imóveis novos, produzidos com recursos do programa. Porém, as regras anteriores à MP exigiam um tipo de garantia específica. Por isso, será necessário que o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) garanta o risco de crédito no financiamento imobiliário ao agente financeiro, mas em favor do beneficiário.

Para isso, a MP determinou uma caução de depósito dos valores recebidos do FGTS no montante correspondente ao valor financiado ao mutuário, prevendo devolução do crédito ao FAR após a garantia.

O governo justifica que, dessa forma, abre-se fonte alternativa de recursos para a continuidade do programa, principalmente com novo

fluxo de pagamentos para o FAR, que tem efeito positivo nas obras em andamento.

Já o PLV 5/2016 (derivado da MP 709) disponibiliza R\$ 1,32 bilhão para os Ministérios da Saúde, da Agricultura, da Defesa, da Integração, da Cultura, do Turismo e do Esporte, para as secretarias de Aviação Civil e de Portos e para transferências a estados e municípios.

O dinheiro é para combate ao *Aedes aegypti*, para fomento agropecuário, para o Programa Farmácia Popular e para a transposição do Rio São Francisco. As transferências a estados e municípios são para recomposição de pagamentos referente à Lei Kandir (que isenta de ICMS produtos destinados à exportação).

Oficinas marcam evento sobre síndrome de Down no Senado

A apraxia de fala durante a infância — distúrbio neuromotor que afeta a capacidade da criança de produzir corretamente as palavras — foi tema de uma das oficinas da jornada 21 Horas pela Inclusão ontem. Promovida pela Comissão de Educação,

Cultura e Esporte (CE), a jornada, que começou na segunda-feira e se encerra hoje, marca o Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março.

— Precisamos entender que a linguagem, muito mais que uma expressão de fala, é algo

que estrutura o indivíduo e organiza o pensamento. Geralmente nos organizamos por linguagem e não por imagem — disse a fonoaudióloga e especialista em reabilitação cognitiva Ana Leonor Bacilon, que conduziu a oficina.

Segundo Ana, o diagnós-

tico do transtorno de linguagem pode levar tempo e requer análise cuidadosa, já que o problema costuma ser confundido com outras doenças, como a deficiência intelectual e o distúrbio de aprendizagem. Ela ressaltou a importância da participação

da família no tratamento.

O Dia Internacional da Síndrome de Down foi instituído pela ONU em 2006. A data faz referência à trissomia do cromossomo 21, alteração genética que resulta nas características físicas e cognitivas das pessoas com a síndrome.

Projeto, que segue agora para a Câmara dos Deputados, estabelece regras claras para esse tipo de contratação, o que vai diminuir os embates trabalhistas na Justiça

Aprovado contrato de parceria em salão de beleza

O SENADO APROVOU ontem projeto que regulamenta os contratos de parceria entre donos de salões de beleza e profissionais que atuam nesses estabelecimentos, como cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador. O PLC 133/2015 determina que não haverá relação de emprego ou de sociedade entre o profissional e o salão enquanto durar a relação de parceria.

O profissional-parceiro poderá ser constituído sob a forma de pessoa jurídica. O salão será responsável pelos pagamentos e recebimentos e repassará ao profissional um percentual do que foi pago pelo cliente. Além disso, cabe ao salão reter os valores relativos a tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidas pelos profissionais.

Marta Suplicy (PMDB-SP), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), explicou que o contrato pretendido pelo PLC 133/2015 já é uma prática comum nos salões de beleza e poderá garantir maior segurança jurídica tanto aos profissionais quanto às empresas.

— O projeto traz avanços, estabelecendo regras claras sobre esse tipo de contratação e a consequente redução dos embates trabalhistas na Justiça. A proposta é bem vista também pelos profissionais da área, que consideram que a contratação pela CLT restringe a entrada de novos trabalhadores nesse mercado de trabalho, pelos custos embutidos na contratação — argumentou.

Como o texto foi modificado pelos senadores, voltará para reexame na Câmara dos De-



Profissionais ganharão percentual do que foi pago pelo cliente, em um sistema que já é utilizado por muitos salões

putados. Uma das emendas determinou que seja configurado vínculo trabalhista entre o salão e o profissional sempre que este desempenhar funções diferentes das descritas no

contrato de parceria.

— O projeto trará para a formalidade um tipo de relação frequentemente utilizada: as parcerias em que o cliente paga ao salão e o salão dá 40%,

60% ou 70% desse valor para o profissional que realizou os serviços. As emendas propostas visam não deixar dúvida sobre a proteção ao trabalhador — frisou a relatora.

Senadores criam Observatório da Mulher contra a Violência

Foi aprovado ontem pelo Plenário o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 64/2015, que cria o Observatório da Mulher contra a Violência. O projeto, de Simone Tebet (PMDB-MS), tramitava em regime de urgência e agora segue para promulgação.

O Observatório terá a função de reunir e sistematizar as estatísticas oficiais sobre a violência contra a mulher. A unidade também vai estudar a situação da violência contra a mulher, analisar e produzir relatórios a partir dos dados oficiais e públicos, além de elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre as políticas de prevenção, de atendimento às vítimas e de combate à violência. Os dados vão subsidiar o trabalho da Procuradoria Especial da Mulher do Senado e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Simone Tebet destacou que, apesar de o Brasil já ter avançado muito com a Lei do Feminicídio e com a Lei Maria da Penha, falta ainda o país entender a origem e a razão dos índices altos da violência contra a mulher.

— O que nós queremos é buscar respostas e só as teremos se tivermos informações. Que a gente possa saber exatamente quantas são as Marias, as Martas, as Roses, as Carmens, as Gleisis, as Anas Amélias, as Reginas que foram ou que são vítimas das violências porque são todas hoje “das Dores”.

A intenção de Simone é criar o observatório dentro da estrutura do DataSenado, unidade que realiza pesquisas de opi-

nião sobre assuntos diversos relacionados ao Parlamento. A senadora lembrou que a política pública de combate à violência contra a mulher tem como uma de suas diretrizes a promoção de estatísticas e informações relacionadas às causas, às consequências e à frequência de casos.

Segundo ela, o Observatório poderá estudar em tempo integral todos os dados levantados, inclusive por outros órgãos públicos, e ajudar no trabalho da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

Projetos beneficiam população feminina

Para marcar o mês de luta pelos direitos das mulheres, o presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou ontem aos demais senadores a lista dos projetos aprovados pela Casa nos últimos meses em benefício das mulheres.

Um deles foi a proposta de emenda constitucional (PEC 99/2015) do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que permite que o período de 120 dias da licença-maternidade comece a ser contado somente quando o bebê prematuro receber alta do hospital e não quando ele nascer. A proposta vai ser analisada agora na Câmara dos Deputados.

Renan Calheiros também recordou que o Senado aprovou todas os projetos apresentados pela CPI da Violência contra a Mulher.

Foram aprovados ainda o projeto que cria um núme-

ro telefônico para atender as denúncias de violência contra a mulher e o que trata do direito à amamentação em público, com previsão de penas para quem violar esse direito. Ele citou ainda o projeto que regula a revista pessoal nas unidades de internação do sistema de atendimento socioeducativo e o que criou o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a proposta é de extrema importância para a questão de gênero. Segundo ele, de todos os parlamentos do mundo, talvez o Senado brasileiro seja o mais significativo do ponto de vista da votação de matérias de interesse da mulher.

Simone Tebet. Segundo ela, a comissão tem cinco metas para este ano: criar um banco de dados sobre a violência contra a mulher; buscar a igualdade salarial; estimular a educação e a capacitação; apoiar as mulheres negras; e ampliar a participação das mulheres na política.

Economia

O presidente Renan Calheiros ressaltou ainda que esses avanços não significaram aumento de despesas para a Casa.

— O Senado vem diminuindo, ano a ano, as suas despesas, com absoluta transparência. Para se ter uma ideia, o Senado conseguiu alcançar em 2016 uma marca que nos orgulha muito: R\$ 769 mil de economia em licitações. Além disso, acabou com o desperdício que havia com relação à utilização de horas extras.

Brasil terá novo embaixador na Croácia

O diplomata Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado para representar o Brasil na Croácia.

A indicação, feita pelo Palácio do Planalto, agora vai para a promulgação.

Fontoura, nascido em 1957, entrou no Instituto Rio Branco em 1979, onde depois fez o Curso de Altos Estudos, no qual se dedicou à participação do Brasil nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em missões permanentes e temporárias no exterior, o indicado para representar o país na Croácia atuou nos Organismos Econômicos Especializados, em Londres; na delegação na Associação Latino-Americana de Desenvolvimento (Aladi), no Uruguai; e na Coordenação Política da Delegação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Também foi embaixador em Beirute, Líbano, entre 2009 e 2012.

O diplomata foi sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na semana passada. Aos senadores, ele defendeu acordos de cooperação com a Croácia em áreas como educação, saúde e previdência. O governo croata, informou, é um dos defensores do rápido início das negociações para a celebração de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

Projeto regulamenta a venda de ingressos, sanções civis e penais, responsabilidades da União e segurança do público e dos atletas, entre outros itens. Texto deve passar por mais duas comissões



Rogério de Sá/Agência Senado

Lasier Martins (E), relator da proposta e presidente da CCT: intenção é garantir a boa ordem dos Jogos Olímpicos

Comissão aprova proposta da Lei Geral das Olimpíadas

PROJETO QUE TRATA das medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 avançou ontem no Senado. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2016, do governo federal, também conhecido como Lei Geral das Olimpíadas.

O texto regulamenta itens como venda de ingressos, captação de imagens e serviços de radiodifusão; as sanções civis e penais; a responsabilidade civil da União pelos danos às organizadoras; a solução dos conflitos; o serviço voluntário; e a operação dos aeroportos.

De acordo com a mensagem enviada pela Presidência da República, a realização dos Jogos demanda a adoção de uma série de medidas que efetivem os compromissos assumidos com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Paralímpico Internacional (IPC).

O relator, Lasier Martins

(PDT-RS), recomendou a aprovação do texto e observou que muitos dos dispositivos se baseiam na Lei Geral da Copa, que disciplinou a organização da Copa do Mundo de 2014.

— Muitos dos itens do projeto foram preparados para garantir a boa ordem das Olimpíadas — registrou o senador.

Desconto

O projeto determina que haverá desconto de 50% no valor dos ingressos para residentes no país com idade igual ou superior a 60 anos e para pessoas com deficiência e acompanhantes. Os organizadores poderão dar outros descontos a critério deles. Deverão ser disponibilizados pelo menos 4% dos assentos para pessoas com deficiência e 2% para pessoas com mobilidade reduzida, em locais com boa visibilidade e instalações.

Outro assunto tratado no projeto é a proteção e registro de marcas. Será proibido, por exemplo, reproduzir indevidamente ou modificar símbolos

oficiais das organizadoras dos eventos, sob pena de prisão de três meses a um ano ou multa.

O texto reconhece a necessidade de disponibilizar aos veículos de comunicação não detentores dos direitos de transmissão meios razoáveis visando à cobertura jornalística, mas buscando impedir a obtenção de vantagem comercial indevida por aqueles que não pagaram pelos direitos.

O projeto também pune o chamado “marketing de emboscada”, que consiste em fazer publicidade em evento ou espaço de veículo de comunicação sem contrato com os detentores do direito.

A proposta ainda prevê medidas visando garantir a segurança do público e dos atletas e impedir manifestações racistas, xenófobas ou discriminatórias em geral.

Além da CCT, o texto tramita simultaneamente em regime de urgência nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Saúde, Trabalho e Cidades podem receber R\$ 37,5 bi

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 702/2015, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 37,5 bilhões em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e das Cidades. A proposta segue para análise dos Plenários da Câmara e do Senado. O relator foi o senador Hélio José (PMDB-DF).

O governo remanejou R\$ 2,5 bilhões para a Saúde, que devem ser aplicados em procedimentos de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar em Tocantins, Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia e Paraíba. De acordo com o governo, os recursos servem para reforçar os serviços de atenção à saúde nos estados que apresentam alta incidência de epidemias de dengue, zika e chicungunha.

Os R\$ 10,9 bilhões destinados ao Ministério do Trabalho e Emprego servirão para pagamento de passivos e valores devidos “relativos ao complemento da atualização monetária” do FGTS.

A pasta das Cidades recebeu R\$ 8,9 bilhões para pagamento de despesas relacionadas “à implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas”.

Já R\$ 15,1 bilhões foram destinados para equalizar gastos do BNDES com operações de financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento

e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais.

O deputado Izalci (PSDB-DF) criticou a MP por entender que a maior parte dos recursos liberados não atende aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e urgência. Para ele, o governo está banalizando o instituto das medidas provisórias e desrespeitando o Parlamento, pois, antes mesmo de o Congresso aprovar a MP, grande parte do montante já terá sido gasto.

Contas de Dilma

As votações continuam hoje. Na pauta, a MP 715/2016, que disponibiliza R\$ 316,2 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de financiar programas de agricultura familiar. Também podem ser votados requerimentos e relatórios de gestão fiscal do governo federal.

Encerradas as votações, os parlamentares poderão apreciar a prestação de contas de 2014 da presidente Dilma.

O relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou relatório favorável à aprovação das contas, com ressalvas. Já o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) enviado ao Congresso Nacional recomendou a rejeição, com base em 12 irregularidades. O deputado Izalci (PSDB-DF) já apresentou voto em separado que propõe a rejeição das contas de 2014 da presidente Dilma.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Rose de Freitas quer limpar a pauta da comissão para votar contas de 2014

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)

Debatedores apoiam MP de combate ao *Aedes*

Medida provisória, que está em análise em comissão formada por senadores e deputados, prevê entrada forçada de agentes públicos em imóveis abandonados

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública defenderam ontem a entrada forçada de agentes públicos em imóveis abandonados para combater o *Aedes aegypti*, transmissor de dengue, zika e chicungunha. O assunto foi debatido na comissão mista que analisa a Medida Provisória 712/2016, sobre o combate às doenças.

Com o texto, fica permitida a entrada de agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, entre outros profissionais, desde que avalizada por autoridades do Sistema Único de Saúde. Hoje, essa possibilidade é prevista na lei só em casos de perigo público ou flagrante criminal.

O coordenador do Programa Nacional de Controle de Dengue do Ministério da Saúde, Giovanini Evelim Coelho, destacou os reflexos positivos da medida no combate ao inseto:

— Aqueles municípios que não são visitados podem manter criadouros, o que inviabiliza todo o trabalho que foi feito nas redondezas. Ao ampliar a cobertura, teremos impactos na redução da transmissão



O mosquito *Aedes aegypti* transmite doenças como a zika, que pode estar relacionada à microcefalia em bebês

dessas doenças — enfatizou. Segundo ele, em Belo Horizonte, 60% dos imóveis fiscalizados com o respaldo na MP tinham foco do *Aedes*, o que mostra a importância do trabalho em todo imóvel da cidade.

Para a representante da Confederação Nacional de Municípios, Amanda Borges de Oliveira, a iniciativa é im-

portante, pois os criadouros do *Aedes* estão concentrados nos quintais das casas. Ela menciona relatório do Ministério da Integração Nacional que aponta em 17,8% o índice de imóveis fechados em que foi recusada a entrada de profissionais da saúde — ou 10 milhões de domicílios.

A vice-presidente de Vigilância Sanitária da Frente Nacional

de Prefeitos, Lucimar Nascimento, ressaltou que a medida facilita o controle da epidemia em cidades do entorno do Distrito Federal, onde 70% dos imóveis foram encontrados fechados durante as vistorias, em razão de abandono ou da ausência do morador que trabalha na capital federal.

Apesar de defender a MP, o deputado Mandetta (DEM-MS)

crê ser preciso definir regras para a entrada do agente. Em sua avaliação, isso protegeria a prefeitura de ações judiciais por eventuais danos patrimoniais.

— Tem que ter chaveiro, porque não se pode arrombar a casa. Tem que ter duas testemunhas, para presenciar o trabalho do agente, que, depois de fechar a casa, entregará a chave ao responsável — sugeriu.

Representantes sindicais apoiaram o texto do Executivo, mas criticaram uma norma do Ministério da Saúde que divide a responsabilidade pela epidemia entre o agente comunitário de saúde e o agente de combate a endemias. O diretor da Federação Nacional dos Agentes de Saúde e Endemias, vê sobreposição de competências:

— O agente de combate a endemias já tem essa atribuição. O agente comunitário de saúde continua fazendo suas visitas familiares e ainda tem de cuidar da dengue.

O relator da MP, deputado Newton Cardoso Junior (PMDB-MG), disse que o texto será votado até o fim de abril.

(da Agência Câmara)

Para senadores, país tem de se preocupar com conservação da água

O Dia Mundial da Água, celebrado ontem, deve ser dedicado à luta contra o avanço do assoreamento e da poluição dos rios, segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA).

Ao abrir a reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da qual é presidente, o senador ressaltou a necessidade de se despertar maior atenção da sociedade para o tema.

— Por mais que temos alertado, parece não haver consciência sobre o perigo da morte dos rios em todo o Brasil, com consequências gravíssimas para a natureza e para o abastecimento humano, animal e

industrial e para a irrigação e a geração de energia — lamentou Otto.

A opinião foi compartilhada pelos senadores Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Donizeti Nogueira (PT-TO), que também alertaram para o desperdício de água tratada.

Na visão de Otto, a crise no abastecimento de água se anuncia com gravidade semelhante à da crise econômica que o país enfrenta. Ele citou estudos mostrando que até rios mais caudalosos têm diminuído a vazão, como o Rio Tocantins, que em dez anos perdeu 10% de seu volume.

— E só produz água quem planta árvores, pois são as

árvores que favorecem a porosidade do solo para penetração da chuva e manutenção de mananciais e nascentes — lembrou.

Para Ataídes, a destruição dos rios é agravada pelo desperdício de água tratada.

— De cada 100 litros de água coletados e tratados, 37 litros são perdidos por vazamentos nas tubulações e nos sistemas de distribuição, por causa de ligações clandestinas ou medições incorretas no consumo. A água desperdiçada seria suficiente para encher seis Cantareiras por ano — disse Ataídes, citando o reservatório que abastece a cidade de São Paulo.

O senador também apontou desperdício de água nas casas. O consumo per capita no Brasil é de 165 litros por dia, acima dos 110 litros por dia que seriam necessários para atender as necessidades básicas das pessoas, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Campanhas de conscientização da população devem ser permanentes, na opinião de Donizeti. Ele lembrou que um projeto nesse sentido (PLS 587/2015) tramita na CMA. O senador também defendeu a captação obrigatória de água da chuva em novas edificações, como previsto num projeto de sua autoria (PLS 324/2015).

Lira cita avanços na transposição do São Francisco

Raimundo Lira (PMDB-PB) comemorou o plano de conclusão da transposição das águas do Rio São Francisco, obra que, para ele, “representa esperança para 12 milhões de nordestinos”. Segundo o governo, a construção do Eixo Norte está mais de 80% executada, e as águas do rio chegarão à Paraíba até o primeiro semestre de 2017.

— Quem ganha não é cada um dos nossos conterrâneos, mas o país por inteiro.



Moreira Matiz/Agência Senado

CPI do Futebol vê indício de caixa dois envolvendo CBF em eleição

De posse dos documentos da quebra de sigilos bancários e fiscais de membros da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Comitê Local Organizador da Copa do Mundo de 2014 (COL), os integrantes da CPI do Futebol devem votar na próxima semana ações para aprofundar as investigações na comissão.

Entre os documentos entregues ao colegiado, estão cópias de e-mails que levantaram a suspeita de que a CBF teria repassado recursos para a campanha do vice-presidente da entidade, Gustavo Feijó,

durante as eleições municipais. Feijó é hoje prefeito de Boca da Mata (AL). Não há registro das doações na Justiça Eleitoral.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou:

— Essa documentação impõe à comissão parlamentar de inquérito a urgência do aprofundamento das investigações. Há cartas da Fifa sobre empréstimos ao COL, resumos de fluxos financeiros do COL, planilhas de movimentação internacional do COL e planilhas de pagamentos do bônus. Inclusive há o



Romário, presidente da CPI do Futebol: suspeitas contra vice-presidente da CBF

pagamento de bônus abusivos, muito acima do que era previsto. Essa documentação também apresenta contradi-

ções flagrantes em relação ao depoimento de Marco Polo del Nero [presidente licenciado da CBF] aqui. São elementos

mais do que conducentes para se avançar nas suas investigações e ter novamente apreciados requerimentos sobre os temas aqui colocados.

Os documentos analisados pela revelam repasses da Fifa no valor de mais de R\$ 1 bilhão entre 2012 a 2015, além de R\$ 51 mil para uma conta desconhecida nas ilhas Canárias. Randolfe propõe a reconvocação de Del Nero e de Gustavo Feijó. O presidente da comissão, senador Romário (PSB-RJ), marcou uma nova reunião para a próxima semana.

Senado aprova produção e uso da “pílula do câncer”

Segue para sanção presidencial projeto que autoriza fabricação, importação, prescrição e uso da fosfoetanolamina mesmo antes do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 3/2016, que autoriza pacientes com câncer a usar a fosfoetanolamina sintética antes do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O texto, que havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em 17 de março, segue agora para sanção presidencial.

Pela proposta, do deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG), o paciente deve apresentar laudo médico que comprove o diagnóstico e assinar termo de consentimento e responsabilidade. O uso da substância é definido como de relevância pública.

O projeto autoriza produ-

ção, importação, prescrição, posse ou uso da substância independentemente de registro sanitário, em caráter excepcional, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca do produto.

Para produzir, importar, prescrever e distribuir a substância, os agentes precisam ser regularmente autorizados e licenciados pela autoridade sanitária competente.

A fosfoetanolamina é uma substância que imita um composto existente no organismo que identifica as células cancerosas, permitindo que o sistema imunológico as reconheça e as remova. Pesquisas sobre o medicamento vêm sendo feitas pelo Instituto de Química de São Carlos, da

Universidade de São Paulo (USP), há cerca de 20 anos.

O órgão fazia distribuição do remédio de forma gratuita. Em 2014, a droga parou de ser entregue, depois de uma portaria da USP determinar que substâncias experimentais deveriam ter todos os registros antes de serem liberadas à população. Sem a licença, pacientes passaram a conseguir a liberação na Justiça, por meio de liminares.

Em nota no início deste mês, a Anvisa informou não ter recebido nenhum pedido para realização de ensaios clínicos ou solicitação de registro da substância e manifestou preocupação com o uso de medicamentos sem a devida autorização.



Senadores receberam os governadores ontem na Presidência do Senado

Refinanciamento das dívidas dos estados terá urgência na Casa

A proposta do governo federal para refinarçar as dívidas dos estados e do Distrito Federal terá rápida tramitação no Senado. A informação foi dada ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e pelo líder do governo, senador Humberto Costa (PT-PE), após reunião com governadores em visita ao Congresso.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 chegou à Câmara na noite de ontem. Para virar lei, terá de ser aprovado pelos deputados e, depois, pelos senadores.

— Há um acordo, de interesse de todos os estados, de todas as regiões. Essa proposta vai tramitar rapidamente na Câmara dos Deputados. E eu assegurei aos governadores, na presença de todos os líderes partidários, que, em chegando aqui, nós votaríamos rapidamente um calendário especial e votaríamos a proposta no Plenário — disse Renan.

Conforme acordo fechado pelos governadores com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, o texto estabelece o alongamento da dívida dos estados com a União em 20 anos — de 2027 para 2047 — e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 10.

— Nós definimos que, na hora em que esse projeto chegar ao Plenário do Senado, vai ser examinado em regime de urgência e provavelmente o aprovaremos no mesmo dia em que for lido — afirmou Humberto.

Impacto

Apesar da possibilidade de as novas regras causarem um impacto negativo nas contas do governo federal, Humberto disse que o Poder Executivo poderá aumentar a receita se esses recursos forem aplicados em investimentos e retornarem na forma de impostos.

— Nós não podemos assistir aos estados chegarem a uma situação de bancarrota. Por isso, foi possível fazer esse acordo. Nós não estamos elevando a dívida global do país, mas apenas transferindo uma parte dela para o governo federal. E isso não nos atrapalha em

termos de busca de superávit primário e outros objetivos.

Para o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), o projeto trata da questão central, que é a dívida.

— É um projeto necessário, de espírito público. Permite um alongamento que ajuda no fluxo neste momento de dificuldade fiscal. Por outro lado, os estados apertam ainda mais a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, a questão das contas públicas estaduais. É um projeto extremamente positivo — afirmou.

Investimento

O governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), por sua vez, disse que o grande objetivo do país é recuperar a capacidade de investimento.

— Ao recuperar a capacidade de investimento, nós vamos gerar empregos, melhorar a economia, melhorar a arrecadação. Tudo que a gente deixar de pagar em dívidas neste momento poderá ser destinado a novos investimentos e, com isso, melhorar a economia dos estados e, consequentemente, a do país — avaliou.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) declarou, no entanto, que o projeto atende apenas alguns estados, especialmente os mais ricos, que são os com as maiores dívidas.

— O estado de São Paulo tem uma dívida de cerca de R\$ 200 bilhões e a Bahia tem uma dívida de R\$ 4 bilhões. Então, não altera muito para a Bahia. Nós, do Nordeste, queremos reunir os senadores da região para que o governo federal possa, de alguma forma, criar um fundo de compensação e, consequentemente, disponibilizar recursos para investimentos nos estados — disse o parlamentar.

Além do refinanciamento das dívidas estaduais, a proposta cria um mecanismo para limitar os gastos da União. Também institui o Regime Especial de Contingenciamento (REC), que permitirá ao Executivo preservar dos cortes despesas consideradas essenciais em períodos de baixo crescimento econômico.

Cecília Bastos/USP, Imagens



Produzidas pelo Instituto de Química de São Carlos, da USP, pílulas de fosfoetanolamina foram distribuídas até 2014

Termo “agrotóxico” pode ser substituído no Brasil

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 680/2015, que substitui a expressão “agrotóxicos” por “produtos fitossanitários” no texto da Lei 7.802/1989, que trata das regras nacionais para produção rural, a fim de adequar essa legislação às normas vigentes no Mercosul.

O projeto, do senador Alvaro Dias (PV-PR), busca facilitar os negócios de produtos brasileiros no Mercosul, alinhando as nomenclaturas usadas pelos produtores agrícolas brasileiros às usadas por

países vizinhos. Relatada pelo senador Dário Berger (PMDB-SC), a proposta foi aprovada por unanimidade. Agora segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O colegiado também aprovou acordos do Poder Executivo tratando da troca de notas e documentos públicos (MSC430/2015), de mandados de captura e entregas de condenados entre os estados-partes do Mercosul (MSC 426/2015) e de intercâmbio de informações entre Brasil e Uruguai (MSC 472/2015).

Por fim, a representação aprovou requerimento para realização de audiência

pública com participação de representantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para discutir a possibilidade de admissão no país de títulos e graus universitários conquistados nos países integrantes do bloco.

O presidente da representação, senador Roberto Requião (PMDB-PR), ressaltou que a audiência será conjunta e ainda precisa da aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Uma nova reunião ficou marcada para terça-feira.